

## AS ESTRATÉGIAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NOS DISCURSOS SOBRE A INCLUSÃO E SEUS EFEITOS NA SUBJETIVIDADE DOCENTE

CAMILA BOTTERO CORRÊA<sup>1</sup>; ÁLVARO MOREIRA HYPOLITO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas - UFPel – [camilabttc@gmail.com](mailto:camilabttc@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas - UFPel – [alvaro.hypolito@gmail.com](mailto:alvaro.hypolito@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar as intenções do projeto de tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel, na linha de pesquisa “Currículo, profissionalização e trabalho docente”. O projeto em questão trata sobre o tema da inclusão escolar e tem por objetivo geral analisar como os discursos que sustentam uma educação especial baseada em evidências produzem verdades sobre a educação pública de alunos com deficiências e quais os efeitos dessas verdades na subjetividade dos docentes. Para isso, tem-se por foco a proliferação discursiva sobre a inclusão produzida após o anúncio da necessidade de atualização da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2018, pelo MEC, em que visualizamos o termo “evidência científica” vinculada à construção de estratégias eficazes para atender os sujeitos com deficiências.

O interesse em investigar essa proliferação, ocorre devido aos deslocamentos que percebemos com relação à noção de direito à educação das pessoas com deficiências, as práticas e os espaços escolares em que elas estão inseridas. Esses deslocamentos parecem fragilizar o imperativo da inclusão ao apresentarem duas ênfases que se mostram focalizadas nas deficiências. A primeira está relacionada à possibilidade da retirada dos sujeitos com deficiências da escola regular e a construção de espaços segregados dentro desse ambiente. Já a segunda, se refere ao acionamento de saberes da área da saúde para identificar evidências que sustentam estratégias eficientes a serem desenvolvidas dentro da escola regular.

Essas ênfases discursivas estão materializadas nos discursos da última política de educação especial construída, em projetos legislativos e em orientações. Tais ênfases passam a circular no âmbito social e escolar, como alternativas para dar conta das insatisfações dos estudantes com deficiências e de suas famílias diante do argumento de que as escolas regulares não suprem as necessidades de aprendizagem, devido à falta de recursos ou pelo despreparo dos professores. Neste contexto em que a degradação da escola em função do modo como são manejados os investimentos socioeconômicos, onde “as condições materiais, políticas e institucionais imprescindíveis para ela poder desempenhar seu papel são sequestrados” (Carvalho, 2020, p.86), é válido investigar de que modo tais estratégias, ao acionarem determinados saberes, passam a ganhar legitimidade para garantir a inclusão dos sujeitos com deficiências na escola pública regular.

Nesse sentido, as contribuições de Foucault (2010) auxiliam a pensar que o “[...] discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder” (p.253). Desse modo, para analisar como essas relações de poder têm sustentado as estratégias de inclusão baseadas em evidências, consideramos importante entender “[...] o discurso como uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado.” (Foucault, 2010, p.254). Isso porque os discursos das políticas estão vinculados à racionalidade da época em que emergem. Eles se manifestam em determinadas épocas obedecendo a regras

que dão condições para o seu funcionamento e instauram procedimentos que controlam o que pode ser dito, por quem deve ser dito e o que se manifesta enquanto verdade. Conforme aponta Foucault (2014), “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (p.52). Em razão disso, compreende-se a necessidade de se investigar a racionalidade pela qual esses discursos são produzidos, os procedimentos que os sustentam e os efeitos de verdade que produzem.

## **2. METODOLOGIA**

A metodologia do projeto está pautada em uma perspectiva pós-estruturalista e apresenta duas possibilidades analíticas a serem empregadas. A primeira refere-se a uma análise documental, que objetiva analisar as relações de poder-saber-verdade que sustentam e que são produzidas pelas estratégias baseadas em evidências científicas. Os documentos que serão analisados neste movimento são: o Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da vida (Revogada) e a própria Política; o Projeto de Lei nº 3035/2020, que institui a Política para a Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas. (Em tramitação); a Audiência Pública promovida pela comissão de defesa dos direitos da pessoa com deficiência na câmara dos deputados (2023), que promoveu o debate sobre a educação inclusiva e o PL nº 3035/2020; e o Parecer nº 50/2023, do Conselho Nacional de Educação (Aguarda homologação do MEC). A segunda refere-se à realização de grupos de discussão com docentes da educação básica, que atuam como regentes de turmas regulares e/ou no atendimento educacional especializado. Tal escolha objetiva analisar a reverberação e/ou os efeitos desses discursos na subjetividade docente.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este projeto de pesquisa está sendo concluído para ser submetido à qualificação, sendo possível apresentar algumas hipóteses de interdições que os discursos dos materiais a serem analisados colocam em operação, de modo a dar legitimidade a determinadas estratégias. Tais hipóteses foram construídas a partir de um movimento exploratório das enunciações dos materiais por meio do que Ferreira (2013) nomeia como “mapeamento discursivo”. Neste, a noção de discurso funciona enquanto ferramenta analítica, que auxilia a explorar e organizar as enunciações dos documentos de acordo com os procedimentos de controle e delimitação do discurso que se visualiza operando sobre elas. A realização deste mapeamento torna possível o agrupamento das enunciações em uma tabela que permite mostrar o que passa a ser mais valorizado e o que se encontra interdito nos discursos.

Ao realizá-lo, esta proposta de pesquisa se deteve nas enunciações em que foi possível visualizar os procedimentos de controle e delimitação dos discursos externos em funcionamento, sendo os mais recorrentes em operação nos discursos, o da interdição e o da vontade de verdade. Conforme aponta Foucault (2013), os procedimentos externos operam por meio da exclusão de três modos: pela interdição, pela sujeição e rejeição e pela vontade de verdade. A interdição é apresentada pelo autor como aquela que está relacionada ao controle em uma

sociedade do que é dito (tabu do objeto), de onde é possível falar (ritual da circunstância) e de quem está autorizado a dizer (direito privilegiado daquele que fala). A separação e rejeição são explicitadas por meio do exemplo da oposição entre a razão e a loucura apresentada pelo autor. Por meio dele, aponta-se que durante séculos na Europa a palavra do louco não tinha relevância, sendo rejeitada socialmente, funcionando apenas como um lugar de separação entre a razão e a loucura. Mesmo com a construção de todo um aparato de saberes, o autor ressalta que esta separação permanece existindo de outro modo, uma vez que cabe a figura de autoridade (médico, psiquiatra..) de uma rede de instituições analisar a palavra dos sujeitos e considerá-la como verdadeira.

Já, a vontade de verdade é apresentada pelo autor como aquela que se encontra implicada pela vontade de saber. Ela está relacionada com a forma como “[...] o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (Foucault, 2013, p. 17).

Para melhor exemplificar este exercício, apresentarei na Tabela 1 algumas enunciações e os seus procedimentos:

Tabela 1 - Mapeamento discursivo - procedimento externo em operação: interdição

Enuniação	Material de referência	Procedimento externo
<p><b>Os processos de formação específica para Profissionais de Educação Especial para a atuação com o Transtorno do espectro autista devem ter, no mínimo, os seguintes conteúdos</b>, que devem prover a proficiência nas habilidades descritas e que foram considerados a partir das perspectivas presentes na Base Nacional Curricular Comum – BNCC:[...]</p> <p><b>C – 08 Conhecer e elaborar procedimentos baseados em processos de ensino baseados em evidências científicas, tais como Ensino por Tentativas Discretas, Ensino Naturalístico (e.g., Ensino Incidental), Encadeamento via Análise de Tarefa, Ensino de Discriminação, entre outros.</b></p>	<p>Parecer nº 50/2023 (CNE/CP)</p>	<p>Interdição</p> <p>(Conteúdos e processos de ensino baseados em evidências que se mostram provenientes da ABA)</p>
<p>É urgente <b>garantir que profissionais especializados</b> conforme as necessidades dos estudantes estejam presentes na escola. [...] Diante dessas considerações, propomos que seja incluído no Substitutivo dispositivo para determinar que, <b>em casos de necessidade, mediante apresentação de laudo assinado pelo médico responsável pelo caso, seja garantido Acompanhante Pessoal (AP), enquanto se fizer necessário.</b> [...] <b>O Acompanhante Pessoal (AP) é figura de acessibilidade prevista na Lei Brasileira de Inclusão, art. 3º, inciso XII, podendo ser membro ou não da família, que, com ou sem remuneração,</b> assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. [...] <b>é importante também que o estabelecimento de ensino ou disponibilize, gratuitamente, o Acompanhante Pessoal (AP) próprio ou, a critério exclusivo dos pais ou responsáveis, permita a entrada do profissional contratado pelos responsáveis legais do estudante, sob responsabilidade e às expensas destes, nos termos de documento de ajuste assinado entre o estabelecimento de ensino e o responsável legal pelo estudante.</b></p>	<p>PL 3035/2023 - último substitutivo</p>	<p>Interdição</p> <p>(Papel do Estado/ Terceirização)</p>

Uma das interdições identificadas nesses discursos está relacionada ao direito privilegiado daquele que fala. Ao que parece, são supervalorizados os saberes da área da saúde como aqueles capazes de evidenciar quais as práticas

mais eficazes para o atendimento dos sujeitos com deficiências. Tal entendimento é reforçado no discurso do Parecer nº 50/2023 (CNE/CP), em que os conteúdos indicados na formação específica para Profissionais de educação especial, priorizam o método ABA. As práticas exemplificadas por ele, em sua maioria, são provenientes desse método terapêutico baseado em princípios científicos do comportamento. A ABA é assim colocada em destaque, por meio de intervenções apresentadas, como principal método válido em pesquisas científicas para garantir a inclusão dos sujeitos com TEA no contexto escolar.

Já no último substitutivo do PL 3035/2023, é possível visualizar não só a figura do médico como aquele que detém o direito privilegiado de garantir o profissional que julga ser especializado para acompanhar o sujeito com deficiência no contexto da escola, mas como uma segunda forma de interdição. Ao que parece, ela expressa um princípio individualista neoliberal e mercadológico atrelado aos discursos que promovem as práticas de inclusão baseadas em evidências no contexto discursivo da educação especial. Essa segunda interdição se refere ao apagamento do papel do Estado no fornecimento de investimento econômico visando uma educação para todos. A interdição em questão ocorre pela possibilidade que é dada aos sujeitos com deficiência e seus familiares de fazerem a escolha de assumir o papel de acompanhante pessoal ou de terceirizar este trabalho ao contratar tal profissional.

#### 4. CONCLUSÕES

Importa ressaltar que, ao tensionar a noção de evidência científica nos discursos sobre a inclusão, não buscamos adotar uma postura contrária à ciência. Ao reconhecer a relevância social e a contribuição dos conhecimentos produzidos na área da saúde para a educação dos sujeitos com deficiências, afastamo-nos do anticientificismo, mas afirmamos que há outras práticas possíveis, menos individualistas, que devem/podem ser assumidas pela escola pública, baseadas em conhecimento científico. Sendo assim, com esse tensionamento, buscamos compreender como a dinâmica entre o conhecimento científico acionado por esses discursos e o poder produzem efeitos na subjetividade dos docentes nas escolas públicas regulares, no contexto neoliberal em que estão inseridos.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Alexandre Filordi de. A escola contemporânea e a desertificação institucional: o demérito da res publica. In: GALLO, Silvio; MENDONÇA, Samuel. **A escola: uma questão pública**. São Paulo: Parábola, 2020. p.85-101.

FERREIRA; Maurício dos Santos; TRAVERSINI, Clarice Traversini. A análise Foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade). Acesso em: 03 out. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014.